

# **Demonstrações Financeiras**

## **Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP**

31 de dezembro de 2016  
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras

# Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

## Demonstrações financeiras auditadas

31 de dezembro de 2016

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1 a 4
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial.....	5
Demonstrações do superávit/déficit do exercício.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio social.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9 a 24

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da  
**Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP**

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12).

### Base para opinião com ressalva

Os Ativos Imobilizados da Entidade estão apresentados no balanço patrimonial ao custo contábil líquido de R\$ 36.242.746 (R\$ 47.921.205 em 31 de dezembro de 2015). Ao aplicarmos nossos procedimentos de auditoria para análise da eficiência dos controles da Entidade sobre estes bens e, ao efetuarmos inspeção física em base de amostragem, identificamos que os controles não são efetivos e detectamos diversos equipamentos que compõem o saldo, mas não estavam em operação ou não foram localizados. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 12, a Entidade deprecia o Ativo Imobilizado de acordo com as taxas fiscais de depreciação determinadas pela Secretaria da Receita Federal – SRF. O pronunciamento CPC 27 – ativo imobilizado requer que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Em decorrência dessas deficiências, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor residual dos bens que compõem o saldo bem como o respectivo valor contábil da despesa de depreciação em 31 de dezembro de 2016.

Conforme descrito na Nota 14, a Entidade possui obrigações com diversos fornecedores de bens e serviços, dentre os quais obrigações referentes aos serviços prestados por operadoras de telecomunicação que em 31 de dezembro de 2016 montavam R\$ 23.061.534 (R\$ 18.513.163 em 31 de dezembro de 2015). A Entidade vem efetuando análise destas obrigações com o objetivo de determinar seu saldo acurado, contudo, até a presente data, estas análises não haviam sido concluídas e não pudemos nos satisfazer quanto à adequação dos saldos de obrigações com fornecedores de telecomunicações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Ênfase**

### **Continuidade das operações**

Conforme descrito na Nota 1, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, que são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC e demais ministérios integrantes do Programa RNP, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto a capacidade de continuidade da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

### **Outros assuntos**

As demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017



**ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC-RJ - 004.080/O-9

Cláudio Silva Foch  
Sócio Responsável  
CRC-RJ - 102.455/O-4 – Contador

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Balço patrimonial  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de Caixa	4	170	78	Fornecedores	14	23.061.534	18.513.163
Títulos e valores mobiliários	5	265.557.514	132.292.158	Obrigações fiscais	15	1.202.228	1.059.033
Cientes a receber	6	110.778	473.083	Obrigações sociais	16	1.293.553	1.160.481
Cientes a receber – Partes Relacionadas	24	635.667	-	Obrigações trabalhistas	17	4.472.859	4.188.755
Adiantamentos a terceiros	7	475.036	375.943	Obrigações em circulação	18	229.024.831	110.021.176
Créditos de funcionários	8	363.776	360.671	Outras contas a pagar	19	244.784	94.282
Despesas pagas antecipadamente	9	2.557.306	2.289.796				
Impostos e contribuições a recuperar	10	8.315	42.478				
<b>Total do circulante</b>		<b>269.708.562</b>	135.834.207	<b>Total do circulante</b>		<b>259.299.789</b>	135.036.890
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Despesas pagas antecipadamente	11	6.648.883	9.164.925	Provisão para contingências	20	27.989.195	28.693.652
Depósitos judiciais	20	1.569.311	860.221				
		<b>8.218.195</b>	10.025.146	<b>Total do não circulante</b>		<b>27.989.195</b>	28.693.652
<b>Imobilizado</b>	12	<b>36.242.746</b>	47.921.205	<b>Patrimônio social</b>			
Intangível	13	2.561.522	2.424.838	Capital social		32.474.854	31.901.801
		<b>38.804.267</b>	50.346.053	Déficit/Superávit do exercício		(3.032.814)	573.053
<b>Total do não circulante</b>		<b>47.022.462</b>	60.371.189	<b>Total do Patrimônio Social</b>		<b>29.442.040</b>	32.474.854
<b>Total do Ativo</b>		<b>316.731.024</b>	196.205.396	<b>Total do Passivo</b>		<b>316.731.024</b>	196.205.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações do superávit (déficit) do exercício  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas com Restrição			
Receita do contrato de gestão		<b>209.870.683</b>	248.910.546
Receita de convênios	21	<b>5.931.423</b>	16.423.320
Receita de reembolso de recurso		<b>1.116.445</b>	399.406
Receitas sem Restrição			
Receitas de prestação de serviços		<b>1.639.959</b>	1.730.717
		<b>218.558.510</b>	267.463.989
(Despesas)/Receitas Operacionais			
Despesas com pessoal			
		<b>(48.459.421)</b>	(47.770.988)
Provisão de férias e 13º salário		<b>(3.076.111)</b>	(2.929.830)
Provisão para Contingências		<b>704.457</b>	(14.855.075)
Despesas gerais e administrativas	22	<b>(167.936.849)</b>	(199.004.320)
Despesas tributárias		<b>(1.020.885)</b>	(1.009.779)
Depreciação e amortização	11 a 13	<b>(16.407.808)</b>	(17.913.049)
Outras receitas operacionais		<b>137.111</b>	1.229.955
		<b>(236.059.506)</b>	(281.955.480)
Despesas financeiras			
		<b>(3.148.230)</b>	(4.239.092)
Receitas financeiras		<b>17.616.411</b>	19.303.636
Resultado financeiro líquido	23	<b>14.468.181</b>	15.064.544
		<b>(221.591.324)</b>	(266.890.936)
Déficit/Superávit do exercício			
		<b>(3.032.814)</b>	573.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações das mutações do patrimônio social  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Em 01 de janeiro de 2015	2.530.594	28.717.884	31.248.478
Integralização de capital	653.323	-	653.323
Superávit do exercício	-	573.053	573.053
Em 31 de dezembro de 2015	<u>3.183.917</u>	<u>29.290.937</u>	<u>32.474.854</u>
Incorporação do superávit	29.290.937	(29.290.937)	-
Déficit do exercício	-	(3.032.814)	(3.032.814)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b><u>32.474.854</u></b>	<b><u>(3.032.814)</u></b>	<b><u>29.442.040</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit/Superávit do exercício	(3.032.814)	573.053
Depreciação e amortização	14.421.650	9.828.150
Amortização de despesa antecipada	1.986.157	1.986.157
Provisão para contingências	(704.457)	14.855.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.048)	3.840
	<u>12.668.488</u>	<u>27.246.275</u>
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Variação em adiantamentos a terceiros	(99.093)	13.447
Variação em cliente a receber	364.353	1.537.483
Variação em clientes a receber - Partes relacionadas	(635.667)	-
Variação em despesas pagas antecipadamente	262.375	5.245
Variação em depósitos judiciais	(709.090)	(361.456)
Variação em crédito de funcionários	(3.105)	59.372
Variação em tributos e contribuições a recuperar	34.163	(32.061)
	<u>(786.064)</u>	<u>1.222.030</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Variação em fornecedores	4.548.371	3.090.161
Variação em obrigações fiscais	143.195	(56.198)
Variação em obrigações sociais	133.072	99.157
Variação em provisões trabalhistas	284.104	484.360
Variação em contas a pagar	150.502	47.777
Variação em obrigações em circulação	119.003.655	(72.113.170)
	<u>124.262.899</u>	<u>(68.447.913)</u>
Caixa Líquido gerado (aplicado) das atividades operacionais	<u>136.145.323</u>	<u>(39.975.960)</u>
Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
Aumento nos títulos e valores mobiliários	(133.265.356)	41.743.548
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	(2.879.875)	(2.418.092)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	<u>(136.145.231)</u>	<u>39.325.456</u>
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento		
Integralização de Capital	-	653.323
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>653.323</u>
<b>Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa</b>	<u><b>92</b></u>	<u><b>(829)</b></u>
Disponibilidades		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	78	907
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<u>170</u>	<u>78</u>
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	<u><u>92</u></u>	<u><u>(829)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

## 1. Informações sobre a entidade

A Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), localizada na Avenida Lauro Muller 116 - 1103, Rio de Janeiro, RJ, foi qualificada como organização social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou *backbone*, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento, onde seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional no qual os experimentos de TIC são utilizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes.

As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e a Associação, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. Esse contrato também recebe recursos de outros Ministérios, atualmente, Educação, Saúde, Cultura e Defesa, para atendimento das mesmas metas, que compõem o Programa RNP.

Este contrato inicial foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência de 6 anos adicionais. A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTIC para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização.

Em 5 de fevereiro de 2016, a Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) encaminhou, para todas as Organizações Sociais vinculadas, as orientações acerca do processo de renovação dos Contratos de Gestão. Para as Organizações Sociais com contratos vigentes, como a RNP, o processo englobará as seguintes etapas: elaboração do plano de fomento consulta pública para obtenção de contribuições da sociedade, e a negociação e assinatura do contrato. O cronograma previsto era de que o plano de fomento fosse elaborado até maio de 2016 e incluiria: plano de ação plurianual, quadro de indicadores e metas com memória de cálculo, sistemática de avaliação, orçamento estimativo e cronograma de desembolso. No entanto, o processo de renovação de longo prazo não finalizou neste exercício, estendendo-se a 2017. Para que este próprio exercício não ficasse descoberto, foi realizado um aditivo contratual de um ano ao período de 2011 a 2016, estendendo-se até 31 de dezembro de 2017.

## **Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### **2. Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 31 de janeiro de 2017.

### **3. Práticas contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Alguns números finais de 31 de dezembro de 2015 foram reclassificados para melhor apresentação e comparação.

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em caixa ou em conta movimento com risco insignificante de mudança de valor.

#### **b) Apuração do superávit**

O superávit é apurado pelo regime de competência para os recursos recebidos via Contrato de Gestão e convênios FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Para os demais convênios e contratos, a contabilização ocorre pelo regime de caixa.

A receita apropriada pelo regime de competência é reconhecida na extensão em que são incorridas as despesas relacionadas aos projetos executados com recursos do Contrato de Gestão ou financiados pela FINEP. As receitas advindas de outros convênios, contratos e prestação de serviços, geridas pela RNP, são contabilizadas no momento do seu recebimento. Com isso, os resultados apurados na Demonstração de superávit (déficit) do exercício se referem ao resultado desta última execução.

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 3. Práticas contábeis--continuação

c) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas com base em análise pela Administração da carteira, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 12, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou a sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

e) Intangível

Ativos Intangíveis refletem os custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável.

f) Provisões

*Geral*

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

*Provisões para riscos cíveis e trabalhistas*

A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais ou administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita.

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 3. Práticas contábeis--continuação

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível e provisão para contingências. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

#### h) Instrumentos financeiros

##### *Ativo financeiro*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 3. Práticas contábeis--continuação

#### *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Entidade avalia na data das demonstrações financeiras se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

#### *Instrumentos derivativos*

A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza.

#### i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 3. Práticas contábeis--continuação

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### j) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária.

Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, as receitas de prestação de serviços estariam sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto Sobre Serviços – ISS	5,00%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3,00%

A tributação sobre o lucro compreenderia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedessem R\$ 240.000 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente gerariam créditos ou débitos tributários diferidos.

#### k) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 4. Caixa e equivalente de caixa

	2016	2015
Banco do Brasil S.A. – 37.000-2	33	12
Banco do Brasil S.A. – 28.000-3	-	44
Banco do Brasil S.A. – 27.400-3	3	3
Banco do Brasil S.A. – 27.500-X	45	19
Banco do Brasil S.A. – 70.002-9	44	-
Banco do Brasil S.A. – 40.100-5	26	-
Banco do Brasil S.A. – 28.690-7	19	-
	<b>170</b>	<b>78</b>

### 5. Títulos e valores mobiliários

	2016	2015
Renda fixa – FIX	260.484.982	127.704.586
Renda fixa – DI	4.572.532	4.087.572
Título de Capitalização	500.000	500.000
	<b>265.557.514</b>	<b>132.292.158</b>

Demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e inferiores ao valor de realização.

### 6. Contas a receber

	2016	2015
Clientes	95.184	471.408
Duplicatas a receber	162.713	150.842
PECLD	(147.119)	(149.167)
	<b>110.778</b>	<b>473.083</b>

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	(149.167)
(+) Complemento/acerto PCLD	(43.392)
(-) Baixas ocorridas	45.440
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(147.119)</b>

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 7. Adiantamentos a terceiros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamento a fornecedores	179.066	273.582
Importação em andamento	245.660	3.648
Adiantamento de viagens	47.950	72.376
Outros	2.360	26.337
	<u>475.036</u>	<u>375.943</u>

### 8. Crédito de funcionários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamento de viagens	12.708	65.973
Adiantamento de salário	23.159	151
Empréstimos a funcionários	832	7.000
Antecipação de férias	327.077	287.547
	<u>363.776</u>	<u>360.671</u>

### 9. Despesas pagas antecipadamente (circulante)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prêmios de seguros	306.207	303.639
Adiantamento a fornecedores	2.251.099	1.986.157
	<u>2.557.306</u>	<u>2.289.796</u>

### 10. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
COFINS a recuperar	8.315	42.478
	<u>8.315</u>	<u>42.478</u>

A diminuição na COFINS a recuperar deve-se ao aumento da contribuição apurada sobre o faturamento (R\$ 189.159) em relação ao crédito de energia elétrica e aluguel (R\$ 154.995).

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 11. Despesas pagas antecipadamente (não circulante)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos diversos	<b>1.517.977</b>	2.047.862
Adiantamento a fornecedores	<b>5.130.906</b>	7.117.063
	<b><u>6.648.883</u></b>	<u>9.164.925</u>

Em julho de 2010, a RNP celebrou junto a Oi um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou a esta operadora o montante de R\$ 19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela mesma nos pontos de presença da RNP pelos próximos 10 anos.

Por se tratar de um direito da RNP a mesma fará a apropriação ao resultado à medida que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a despesa de amortização apropriada ao resultado foi de R\$ 1.986.157 (R\$ 1.986.157 em 2015).

### 12. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Residual dez/15	Custo		Depreciação		Residual dez/16
			Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Baixa anual	
Equipamentos de computação	20%	35.185.956	1.912.851	(2.932.002)	(11.645.249)	2.746.475	<b>25.268.031</b>
Máquinas e equipamentos	10%	8.725.016	30.501	(209.864)	(1.153.432)	152.988	<b>7.545.209</b>
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	164.812	-	-	(60.736)	-	<b>104.076</b>
Móveis e utensílios	10%	3.845.421	298.169	(245.878)	(726.704)	154.421	<b>3.325.430</b>
		<u>47.921.205</u>	<u>2.241.521</u>	<u>(3.387.744)</u>	<u>(13.586.121)</u>	<u>3.053.884</u>	<b><u>36.242.746</u></b>

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 13.586.121 (R\$ 9.068.866 em 2015) e está registrada no resultado do exercício. Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia a terceiros. No exercício de 2016 ocorreram baixas no ativo imobilizado por doação no montante de R\$ 1.809.079, por avaria de R\$ 322.438, por obsolescência de R\$ 683.834, por roubo de R\$ 3.829, por extravio de R\$ 68.469 e por outros casos de R\$ 500.095, totalizando o montante de R\$ 3.387.744. Não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos.

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 13. Intangível

	Taxas anuais	Residual	Custo		Amortização		Residual
	de amortização	dez/15	Aquisições	Baixas	Amortização anual	Baixa anual	dez/16
Sistema aplicativo software	20%	2.424.838	974.318	(19.832)	(835.530)	17.728	<b>2.561.522</b>
		<u>2.424.838</u>	<u>974.318</u>	<u>(19.832)</u>	<u>(835.530)</u>	<u>17.728</u>	<u><b>2.561.522</b></u>

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 835.530 (R\$ 428.106 em 2015) e está registrada no resultado do exercício.

No exercício de 2016 ocorreram baixas no ativo intangível por obsolescência no montante de R\$ 5.573, por doação de R\$ 3.674 e por outros casos de R\$ 10.585, totalizando o montante de R\$ 19.832 (R\$ 334.179 em 2015).

### 14. Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores de serviços de telecomunicações	<b>22.537.620</b>	16.727.897
Fornecedores de serviços profissionais	<b>523.914</b>	1.785.266
	<u><b>23.061.534</b></u>	<u>18.513.163</u>

### 15. Obrigações fiscais

Refere-se basicamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2016 e 2015 que apresentaram, respectivamente, os saldos de R\$ 1.202.228 e R\$1.059.033.

### 16. Obrigações sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
INSS	<b>921.797</b>	838.881
FGTS	<b>321.519</b>	277.670
PIS	<b>50.237</b>	43.930
	<u><b>1.293.553</b></u>	<u>1.160.481</u>

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 17. Obrigações trabalhistas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Férias	<b>3.350.459</b>	3.137.647
INSS sobre férias	<b>854.365</b>	800.098
FGTS sobre férias	<b>268.035</b>	251.010
	<b>4.472.859</b>	4.188.755

### 18. Obrigações em circulação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contrato de Gestão - MCTI	<b>228.732.508</b>	109.720.760
Finep - Giga	<b>23.332</b>	20.723
Finep - Sibratec	<b>268.991</b>	279.693
	<b>229.024.831</b>	110.021.176

O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP.

As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. Na medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP, em 2017, receberá recursos adicionais no valor total de R\$ 36.170.870 para a continuidade do fomento e execução de atividades de pesquisas tecnológicas, desenvolvimento e operação de meios de serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e de comunicação, conforme apresentado abaixo:

	<u>2017</u>
15º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MEC	30.000.000
15º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MCTI	6.170.870
	<b>36.170.870</b>

Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras o montante acima enumerado ainda não havia sido disponibilizado para a Entidade pelo MCTIC ou pelo MEC.

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 19. Outras contas a pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outras contas a pagar	<b>244.784</b>	94.282
	<b>244.784</b>	94.282

A maior parte da variação é referente ao valor a pagar das apólices de seguros vigentes (R\$ 179.776).

### 20. Provisão para contingências

A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas como de risco provável de perda.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas prováveis de processos judiciais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 de acordo com os valores abaixo discriminados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhistas	<b>25.510.352</b>	27.392.300
Cíveis	<b>2.478.843</b>	1.301.352
	<b>27.989.195</b>	28.693.652

#### Contingências trabalhistas

Foi reduzido da provisão trabalhista de 2015 (R\$ 27.392.300) o montante de R\$ 1.881.948 em 2016, referente ao passivo contingencial classificado como de risco provável em 2015 e mitigado ao longo do exercício de 2016, composto basicamente de situações que não fazem mais parte do período de decadência de cinco anos.

#### Contingências cíveis

Foi realizada uma adição de R\$ 1.177.491 na provisão efetuada para atender a contingência passiva da ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda., com base na correção das mensalidades devidas, porém não pagas, considerando a atualização monetária, no valor de R\$ 976.028 (R\$ 434.042 em 2015) e a avaliação sobre os valores de excedente de banda de R\$ 1.502.815 (R\$ 867.311 em 2015).

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 20. Provisão para contingências-continuação

O montante referente à multa contratual continua classificado como de risco remoto em virtude do andamento do processo no exercício de 2016.

Adicionalmente, a Entidade tem ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Quantidade	2016	2015
Trabalhistas	4	<b>939.7794</b>	101.261
Tributária	1	<b>16.097.641</b>	833.593
		<b>17.037.415</b>	934.854

A maior variação de 2016 se deve à contingência tributária reclassificada neste exercício como possível, mas que em 2015 estava caracterizada como de risco remoto, e que se refere à incidência de COFINS sobre receitas do Contrato de Gestão no valor de R\$ 16.097.641, cuja fase encontra-se em recurso especial pelo CARF da Receita Federal. As demais variações se devem a atualização dos valores dos depósitos judiciais existentes.

Em relação à variação da contingência trabalhista classificada como de risco possível, houve a inclusão de um processo judicial iniciado em 2016, no montante de R\$ 753.836, em que o profissional pede o reconhecimento de vínculo, além de outros direitos trabalhistas. As demais variações referem-se a atualizações monetárias dos litígios anteriormente existentes.

Adicionalmente, a RNP possui depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 que totalizam em R\$ 1.569.311 (R\$ 860.221 em 2015). Um depósito está vinculado à causa passiva tributária com probabilidade de perda possível, demonstrada no quadro acima, e o outro referente a uma causa ativa tributária.

Tipo	Quantidade	2016	2015
Ativa	1	<b>498.765</b>	498.765
Passiva	1	<b>1.070.546</b>	361.456
		<b>1.569.311</b>	860.221

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 21. Receita de convênios

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
EMBRAPA	134.912	-
SERPRO	738.845	-
REDCLARA	1.618.072	-
MCTIC	2.000.000	-
Fundação Universidade de Brasília	302.248	356.221
Lauren Foundation	288.500	429.767
Chamada Coordenada BR-EU	-	15.000.000
Associação das Pioneiras - APS	-	80.959
Centro de Ensino Unificado de Brasília	113.343	221.289
Outros	735.503	335.084
	<u>5.931.423</u>	<u>16.423.320</u>

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alavancar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso quanto para atender aos conveniados em serviços de rede ou para complementar a infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e novas comunidades. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande financiador.

### 22. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviço de cooperativas - táxi	145.525	403.608
Treinamentos e cursos	680.088	1.382.651
Consultoria e assessoria - ESR	526.978	875.090
Consultoria de gestão de projetos	1.494.620	1.695.389
Consultoria e assessoria em pesquisa e desenvolv. de projeto	111.008	434.431
Consultoria de suporte e manutenção de rede	125.936	290.867
Consultoria e assessoria de informática e congêneres	3.770.158	5.729.976
Consultoria de sistema de informação	8.353.884	12.909.916
Conectividade internacional	10.553.406	12.038.271
Conectividade nacional	95.268.890	115.293.969
Serviço de terceirização de mão de obra	3.621.728	3.447.103
Serviço de instalação, manut. e config. de equipamentos	1.943.516	1.416.414
Serviço de suporte e manutenção de software	1.601.897	1.251.621
Serviços especializados - eventos	290.745	429.174
Assessoria em design	357.845	688.643
Convênio de cooperação acadêmica	16.396.950	7.458.351
Assessoria de imprensa	522.216	476.676
Viagens	2.123.020	8.331.771
Consumo de materiais e produtos	197.838	540.709
Ocupação	3.237.814	3.608.205
Utilidades e serviços	1.920.687	1.909.500
Outras despesas	14.692.100	18.391.985
	<u>167.936.849</u>	<u>199.004.320</u>

## Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 22. Despesas gerais e administrativas-continuação

A redução ocorrida nas despesas de conectividade nacional se deu em razão do esforço por parte da administração da RNP em obter descontos junto aos fornecedores de Telecom, sem que houvesse prejuízo à continuidade dos serviços.

O aumento nas despesas dos serviços de instalação, manutenção e configuração de equipamentos foi devido ao início de operação de dois novos *data centers* localizados em Manaus e Recife.

A elevação nas despesas de suporte e manutenção de *software* se refere ao pagamento de serviços de manutenção do software MPSEAC cujas despesas em 2016 foram arcadas pela RNP, mas que em 2017 serão repassadas à ANCINE.

A elevação nas despesas de convênio de cooperação acadêmica foi impactada pela execução dos projetos coordenados pela Unidade de Gestão CTIC, que no ano anterior estavam em processo de seleção.

### 23. Resultado financeiro líquido

<b>Receitas Financeiras</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Juros sobre aplicações financeiras	<u>17.616.411</u>	<u>19.303.636</u>
	<b>17.616.411</b>	<b>19.303.636</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Taxa de saída	-	(66.114)
Despesas bancárias	(36.109)	(17.289)
IOF	(209.882)	(378.020)
IRRF s/ aplicação financeira	(2.876.189)	(3.768.736)
Juros e multas passivas	(811)	(1.592)
Variação cambial	(1.791)	(6.541)
Juros	(23.448)	(800)
	<u>(3.148.230)</u>	<u>(4.239.092)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>14.468.181</b>	<b>15.064.544</b>

A redução do resultado financeiro líquido se deu em razão do montante de repasse de recursos em 2016 ter começado a ocorrer no final do segundo semestre, o que impossibilitou que os recursos comesçassem a gerar rendimento mais cedo.

### 24. Transações com partes relacionadas

#### Remuneração e pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ 1.962.806 (R\$ 1.779.704 em 2015). A Associação não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores.

## **Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### **24. Transações com partes relacionadas-continuação**

A RNP é co-fundadora e associada à CLARA - Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas, uma Organização de Direito Internacional sem fins lucrativos. CLARA opera uma rede de Internet Avançada, a RedCLARA, que interconecta internacionalmente a RNP às redes acadêmicas de diversos países na América Latina e Europa. Com isto, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu. CLARA possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o diretor de engenharia e operações Eduardo Cezar Grizendi, é o representante da RNP no conselho diretivo de CLARA. CLARA, através da RedCLARA, prestou estes serviços de conectividade internacional para a RNP nos anos de 2016 e 2015 nos montantes de R\$ 3.448.506 e 2.921.472, respectivamente. Como reembolso de despesas à RNP, existe a receber de CLARA em 2016 o valor de R\$ 635.667.

### **25. Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2016 os ativos da RNP estavam segurados contra sinistros pelo valor máximo indenizatório de R\$ 13.928.350 para equipamentos diversos, tais como roteadores, servidores e notebooks e de R\$ 2.350.471 para ativos de infraestrutura mobiliária, pelo valor total pago de prêmio de R\$ 359.551 (R\$ 349.471 em 2015), compreendendo o seguro dos riscos dos equipamentos diversos mencionados no valor de R\$ 357.359 e de móveis no valor de R\$ 2.192.

Em virtude da localização diversificada dos bens da organização e da análise de risco efetuada pela seguradora contratada, o valor máximo indenizatório se refere à perda por sinistro, da localidade com a maior valorização de equipamentos, que é o município de Recife, em Pernambuco.

No entanto, caso o sinistro ocorra em qualquer outra localidade do país, todas as perdas estarão cobertas até o limite máximo indenizatório.

Além disso, ao longo do ano, o seguro é revisto e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio.

### **26. Eventos Subsequentes**

A RNP avaliou os acontecimentos posteriores a 31 de dezembro 2016 para fins de divulgação de eventos subsequentes, e não encontrou eventos significativos a serem divulgados.

\*\*\*